

França propõe ação objetiva para a dívida

Os países credores e devedores devem adotar medidas para controlar as taxas de juros e pensar na reforma do sistema monetário internacional. Esse é o ponto central da carta que o presidente da França, François Mitterrand, enviou ao presidente João Figueiredo.

O chefe do governo francês considera "justa" a preocupação do chefe de governo brasileiro com o problema do endividamento e garante que "a França está pronta para avançar junto com o Brasil na busca de respostas aos grandes desafios do mundo de hoje". Ele sugere, também, "uma ação mais objetiva" para resolver a crise gerada pelo endividamento. Também propõe melhores condições de juros e prazos.

Mitterrand propõe, igualmente, a ampliação dos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional, para promover uma redistribuição de recursos mais orientada para os países em desenvolvimento. E sugere a criação de um fundo internacional para o desenvolvimento agrícola, a instalação de um fundo comum de matérias-primas e o estabelecimento de um estoque mundial de cereais, a fim de encontrar soluções para o problema de alimentos que aflige o mundo.

Entre as medidas preconizadas na sua idéia de "uma ação mais objetiva", Mitterrand prevê a realização de consultas entre países ricos e pobres a respeito das relações comerciais, englobando problemas de protecionismo.

ACORDOS BILATERAIS

O governo brasileiro pretende formalizar, até o final da próxima semana, acordos bilaterais para a rolagem da dívida externa junto a organismos oficiais da Espanha, Áustria e Bélgica, dentro da renegociação global acertada em novembro de 1983 no âmbito do Clube de Paris para os compromissos com vencimento entre agosto do ano passado e dezembro próximo, a prazos de nove anos para amortização e carência de cinco.

Para acertar os termos finais da renegociação bilateral seguiram, para Madri, Viena e Bruxelas: da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Luiz Machado Fracarolli, e do Banco Central, Marcelo Ceylão de Carvalho e Maria do Socorro de Carvalho Lafrano, do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, e ainda Luiz Carlos Sturzeneger, do Departamento Jurídico.

Na renegociação global com o Clube de Paris, em novembro, ficou estabelecido que o Brasil firmaria os acordos bilaterais com cada um dos 18 países membros do clube até o final do mês passado. Mas a difícil conciliação dos créditos impediu a formalização de todos os acordos. Até agora, só houve acerto com Suécia, Dinamarca e, agora, Espanha, Áustria e Bélgica.